

ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* NA MEDIEVALÍSTICA CONTEMPORÂNEA

Mario Jorge da Mota Bastos*

Resumo: Aos europeus é vigorosa a sensação de que fazem a História Medieval como coisa sua, como história pátria que se projeta ao passado, com todos os ônus e bônus decorrentes dessa percepção. Mas, será que de fato lhes pertence, de alguma forma superior ou específica, o “passado” em questão? Seremos, todos nós “outros”, *outsiders* ao promovermos a medievalística desde as “periferias” do mundo contemporâneo? O presente artigo constitui uma primeira tentativa de abordagem das questões que acabo de evocar, considerando-as especialmente em dois níveis. Primeiramente, realizarei um inventário das posições assumidas pelas medievalísticas promovidas desde as “periferias” quanto às suas relações com o medievo para, em seguida, identificar as perspectivas de validação do estudo daquele passado no presente em curso, ou seja, da necessidade ainda atual do investimento no estudo da Idade Média.

Palavras-chave: História Medieval; Medievalística; Historiografia.

Abstract: Among Europeans there is a common sensation that Medieval History is written as a study of something that belongs to them. This approach to medieval times is often seen as national history projected into the past, carrying along several benefits and issues. However, would the medieval past belong to them in a superior or specific manner? Would all of ‘us’ be ‘others’, ‘outsiders’ as we promote Medieval Studies from the ‘peripheries’ of the contemporary world? The current article is built as a first approach to these questions, analysing them in two levels. First, the article will present an inventory of the different positions and relations with the Middle Ages promoted by ‘peripheral’ Medieval Studies. The second step will be to identify the perspectives of validation of this part of the past in the current present, i.e., the current need to invest on the study of the Middle Ages.

Keywords: Medieval History; “Medievalistic”; Historiography.

107

Submetido em: 14/09/2017

Aceito em: 27/10/2017

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (2002), mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (1995), bacharel em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1989). Atualmente, é Professor Associado IV no curso de graduação em História da Universidade Federal Fluminense, onde atua também no Programa de Pós-Graduação.

No ano de 2002, os(as) medievalistas do CNRS de Auxerre, encabeçados por Eliana Magnani organizaram um evento que pretendia que fosse dada a conhecer aos franceses a história medieval produzida por argentinos e brasileiros. Seja qual for a avaliação que se faça daquela jornada, ela representou ao menos uma espécie de marco histórico, a primeira manifestação de uma escola medievalística europeia visando a conhecer a produção específica realizada por duas escolas da “periferia do medievalismo”.¹

Três outros eventos completaram aquela iniciativa, que culminou com um livro editado pela organizadora das jornadas sob o título geral dos encontros, *Le Moyen Âge vu d'ailleurs*, em 2010 (MAGNANI, 2010). Outras obras vieram à luz, mais ou menos recentemente, baseadas na mesma perspectiva, dentre elas o número especial da *Revista de Poética Medieval*, publicado em 2008 com artigos dedicados aos estudos medievais promovidos em “países sem Idade Média”, o livro *Medievalisms in the Postcolonial World*, editado por Kathleen Davis e Nadia R. Altschul, em 2009, integralmente dedicado ao tema, além da obra *Creole Medievalism*, coeditado também pela última e por Michelle Warren, em 2011.

Vários são os aspectos suscitados ao debate por iniciativas como essas. Da primeira delas, de que participei, resalto a manifestação de um certo descalabro de perspectivas: por um lado, uma certa sensação, de nossa parte, de reconhecimento do nosso trabalho, que pareceu referendado pelo rigoroso crivo europeu. Por outro lado, porém, viu-se, após o encontro de 2003, realizado em São Paulo, a manifestação de um certo desânimo por parte de um dos participantes franceses quando constatou a radical semelhança entre as nossas medievalísticas. Resignado, concluiu que “a nossa Idade Média [promovida pelos medievalistas latino-americanos] podia até ser [uma Idade Média] vista “desde outro lugar”, mas não de outra maneira” (MORSEL, 2003, p. 3).

O que esperava o aparentemente frustrado Joseph Morsel de nosso olhar distanciado? Outro olhar em que sentido? Haverá uma condição específica da nossa prática, que os franceses esperavam ver se revelar na História Medieval que produzimos? Tais questionamentos, relativamente recorrentes, (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998; GUERREAU, 2001; HAMESSE, 2003; DEYERMOND, 2007; FREITAS, 2010) parecem relevar o fato de que a medievalística constitui um campo particularmente afeito à autorreflexão, especialmente nas últimas décadas, expressão talvez de um sentimento que se torna constante de “busca por sentido”.

¹ O primeiro encontro do Programa “Le Moyen âge vu d'ailleurs”, organizado pelo Centre d'Études Médiévales d'Auxerre e pela “Unité Mixte de Recherche” (5594 - ARTEHis (Archéologie, Terre, Histoire, Sociétés), ocorreu no ano de 2002, seguido pelos encontros de São Paulo (2003), Madri (2005) e Buenos Aires (2006).

A situação no Brasil não é diferente. A medievalística brasileira reúne já, a esta altura, um número considerável de trabalhos dedicados à promoção de balanços da sua produção (FRANCO JUNIOR; RUST; BASTOS, 2010; ASFORA; AUBERT; CASTANHO, 2010; PEDRERO-SÁNCHEZ, 1994; MACEDO, 2006; NOGUEIRA, 2006; COELHO, 2006; ALMEIDA; AMARAL, 2008; RUST; BASTOS, 2008; VIEIRA, 2009; SILVA, 2000). Onde advirá tal reincidente iniciativa? De uma sistemática necessidade de legitimação? Da necessidade recorrente de dar sentido atual, de afirmar o interesse e a necessidade de estudar no presente “aquele passado”? Tais demandas serão especialmente sentidas naquelas regiões “periféricas” em relação ao medievo, em que se faz sentir de forma mais candente o esforço sistemático por autorizar a promoção historiográfica da Idade Média?

Dedicarei o restante deste artigo à apresentação de uma primeira tentativa de abordagem das questões que acabo de evocar, considerando-as especialmente em dois níveis. Primeiramente, um inventário das posições assumidas pelas medievalísticas promovidas desde as “periferias” me permitirá compreender suas perspectivas com relação à ausência “em si” do passado que promovem, do que isso representa para a sua promoção e as vias de legitimação que requisitam para a sua prática. Em segundo lugar, pretendo identificar as perspectivas de validação por tais escolas do estudo daquele passado no presente em curso, da necessidade ainda atual do investimento no estudo da Idade Média. Finalizarei por ressaltar meu próprio esforço pessoal por dar o sentido indispensável a realização de um ofício que, há algum tempo, se confunde com minha própria vida.

109

Um breve balanço

Paul Freedman e Gabrielle M. Spiegel, em ensaio historiográfico dedicado à medievalística norte-americana, começam por destacar um ponto de relevo que generaliza as especificidades. Para ambos, toda a História, a Medieval inclusive, na medida em que carrega marca das tradições acadêmicas nacionais, revela sempre particularidades intrínsecas à sua prática. E assim, consideram que um dos aspectos decisivos das especificidades assumidas pela medievalística no seu país decorra do fato de que:

[...] falta à América do Norte um passado medieval. Qualquer iniciativa de considerar a importância e a relevância da história medieval nos EUA deve, portanto, superar a sua evidente “alteridade”, sua falta de correlação explícita com qualquer expressão cultural do passado ‘americano’ (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 679).

A medievalística de língua chinesa, especialmente em Taiwan, que conheceu enorme desenvolvimento nos últimos trinta anos, também se ressentiu, segundo I-Chun Wang, da ausência daquele passado. “Taiwan, assim como outras nações não-europeias, não vivenciou um passado medieval. Além disto, nos falta qualquer registro visível dele além daquele que encontramos em livros e imagens” (WANG, 2008, p. 310). O autor não deduz, da observação, nenhuma consideração acerca do que isso represente para a produção historiográfica especializada nacional, observando, apenas, que a História Medieval não integra o rol das disciplinas obrigatórias nos currículos universitários taiwaneses.

Um ensaio historiográfico dedicado à medievalística australiana concede um peso considerável à mesma “ausência”, revelado já no título do trabalho. Em “The Past is a Foreign Country: The Australian Middle Ages”, Louise D’Arcens começa por destacar que, “para qualquer superficial conhecedor da História, a expressão ‘Idade Média Australiana’, como se diz ‘Idade Média Francesa’ ou ‘Idade Média Irlandesa’” constitui um absurdo. “Qualquer iniciativa de requisitar uma Idade Média num local onde a colonização europeia data de 1788 seria uma [...] uma piada”. Assim, segundo a medievalista, “quando evocada neste contexto, a frase título [do seu artigo] assume um sentido menos metafórico; na Austrália, o passado medieval pertence literalmente a uma terra outra e distante” (D’ARCENS, 2008, p. 340).

110

Podemos colher o mesmo registro em balanços historiográficos semelhantes realizados no Chile, no México, no Uruguai, na Argentina... Para Luis Rojas Donat e Paola Corti Badía, medievalistas chilenos, a ausência de que tratamos demanda o diálogo entre historiadores do nosso quadrante e o do europeu: esses “contemplariam a Idade Média como sua própria história”, ao passo que nós latino-americanos a miramos *d’ailleurs*, com um certo – ainda que impreciso – distanciamento (DONAT; BADÍA, 2010, p. 121). Apreciação distinta por muito tempo predominante no México seria responsável, segundo Martín F. Ríos Saloma, especialista vinculado à Universidad Nacional Autónoma de México, pelo atraso relativo dos estudos medievais no país, por comparação ao quadro argentino e brasileiro. Segundo o autor, no caso mexicano o medieval foi considerado um “passado” não só radicalmente estranho ao longo de todo o século XX, como até mesmo rejeitado por suas potenciais projeções sobre o México em razão do processo de colonização (SALOMA, 2010, p. 105).

Parece lugar-comum, portanto, o fato de que os estudos medievais sejam fomentados por instituições acadêmicas das mais diversas latitudes do planeta, muitas das quais situadas em algum “outro mundo”, cuja historicidade específica não comporta “em si” mesmo a vigência do período medieval, além das europeias, em que o medieval é considerado uma realidade “doméstica” abordada em instituições universitárias

surgidas muitas delas como fenômenos históricos intrínsecos ao contexto em questão. Assim, segundo Freedman e Spiegel, “para os europeus a Idade Média, se não é ‘atual’, ao menos está ‘lá’, evidente nos monumentos erigidos durante aqueles anos e nas tradições que presumidamente deram origem às suas modernas nações” (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 678). Outro aspecto do problema, portanto, também ele árduo, diz respeito ao controverso – será inevitável? – caráter eurocêntrico da Idade Média tal como ela foi tradicionalmente “inventada”. Tratou-se de uma especificidade europeia, especialmente ocidental?

Desta diversa vinculação decorrerão condições distintas de produção da História Medieval? De que natureza? Objetivas? Subjetivas? A diferença se manifesta, também, nos resultados? Na sua qualidade? De novo para Freedman e Spiegel, “foi, em parte, a alteridade da Idade Média que propiciou aos medievalistas um sentimento de legitimidade, na medida em que seu próprio estranhamento e ‘diferença’ como passado distante constituem uma virtude especial requerida para o seu estudo” (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 678). Nunca é demais recordar que a Idade Média foi referência essencial de alteridade desde a sua “criação”, alteridade negativa e incivilizada que ajudou a moldar a ideia de Renascimento e o mito do progresso Iluminista, ou positiva, a “longa noite de um céu repleto de estrelas” da alteridade positiva e valorizada pelos Românticos.

De certo, objetivamente, o presente se impõe à abordagem do medieval naquilo que se refere, por exemplo, à posse e guarda dos fundos documentais que constituem matérias-primas indispensáveis à produção do conhecimento histórico. Porém, mesmo neste caso, penso que aqueles acervos cumpram tão somente a função de fiéis depositários de um conjunto de registros que deveriam se configurar, rigorosamente, como “patrimônio da humanidade”, estranhos a qualquer sentimento restritivo de propriedade ou de superior e inalienável direito restrito de uso. A digitalização e o livre acesso à consulta e utilização daqueles fundos a partir de computadores remotos de todo o mundo, tendência crescente nas últimas décadas, seria a expressão da forma mais adequada de disposição daqueles materiais.

Se a História que cada historiador promove é, em última análise, uma manifestação mais ou menos circunscrita do fenômeno geral constituído pela História da espécie humana no planeta, a cada profissional da História não lhe deve estar previsto ou destinado, por questões de qualquer natureza, muito menos de nacionalidade moderna, essa ou aquela fatia espaço-temporal específica de nossa enorme existência. Não há sentido efetivo nenhum, para além do que se pode evocar como praticidade, em torná-lo refém daquilo que se considera a história pátria, ou de parte dela, ou de parte interessante a ela. Aos historiadores compete toda a História humana, nas suas mais diversas latitudes de tempo e espaço.

Ademais, desde *ailleurs* nos manifestamos todos, europeus e demais que se dedicam ao medievo, graças ao nosso distanciamento temporal, dada à condição irreversível de nossa “disposição na cadeia do tempo”. Contudo, aos europeus parece vigorosa a sensação de promover a História Medieval como história sua, como história pátria que se projeta ao passado, com todos os ônus e bônus que derivam desta percepção (preconceitos, nacionalismos, etc.). Para um dos fundadores da medievalística norte-americana, Charles H. Haskins, nos EUA, a ausência de um passado medieval nacional era fator de vigor para a prática historiográfica que cultivavam, fomentando o desapego e o desprendimento dos seus estudiosos, a sua isenção (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 685).

Descartado o apelo positivista da historiografia norte-americana de então, intrínseco à posição de Haskins, não deixa de ser interessante verificar o ecoar recente de tal perspectiva numa tomada de posição “intra-europeia”. Julien Demade, medievalista vinculado ao CNRS francês, arrola entre as razões para o estudo da Idade Média o fato de se tratar de um objeto estranho (estrangeiro) aos seus estudiosos contemporâneos, o que tornaria possível a sua abordagem isenta de nossos interesses e anseios mais imediatos. Por seu intermédio seria possível, então, a nossa compreensão mais adequada do único objeto que mobiliza o interesse de todos os cientistas sociais, qual seja, o funcionamento de uma sociedade humana. Demade chega mesmo a declarar que pretendeu redobrar a alteridade de “seu objeto” dedicando-se não só ao período medieval, mas a uma região que não era a sua, no caso a Alemanha, para evitar a influência dos pressupostos nacionalistas (DEMADE, 2012, p. 39).

Não deixa de ser inquietante verificar que, em pleno século XXI, ainda seja possível encontrar defensores sinceramente convencidos de que haja, no estudo da História, qualquer objeto cuja suposta radical ou absoluta alteridade viabilize a sua isenta abordagem, suprimindo toda e qualquer empatia e permitindo ao historiador uma produção desinteressada, descompromissada ou desapaixonada de conhecimento. Como já afirmei certa vez, o ofício do medievalista parece configurar-se, para muitos dos meus confrades, como um suposto porto-seguro no passado que os isentaria, ademais, de tomadas de posição explícitas no presente em curso. E, no entanto, a cada projeção “retroativa” no tempo, mergulham pesados com seus escafandros compostos de tecido grosso, urdidos por camadas e camadas de posição política, orientação ideológica e visão de mundo no presente, que os condiciona desde o início, desde a escolha de seus objetos de estudo até seus referenciais e perspectivas de abordagem.

Tentativas de validação

Ato contínuo ao destaque dado à ausência do passado medieval nos contextos de muitas das escolas historiográficas nacionais que, no entanto, promovem o seu estudo, o que se verifica são as alternativas de validação daquele esforço no quadro de estruturas acadêmicas altamente competitivas, em geral marcadas por intensa disputa em tudo o que diga respeito à obtenção e manejo de verbas. O alvorecer da medievalística norte-americana teria dependido profundamente, segundo Freedman e Spiegel, do esforço dos pioneiros em estabelecer a sua relevância para a constituição do mundo moderno, inclusive do americano. A superação da “ausência” e do “estranhamento” envolveu, para os estudiosos do passado medieval nos EUA, a caracterização da alteridade como elemento de origem, isto é, de identidade (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 679).

Desde as primeiras décadas do século passado e do nascimento da medievalística estadunidense, buscou-se afirmar uma natural afinidade com a história da Inglaterra, declarando-se mesmo que a “história Inglesa é, de certa forma, a “primitiva” história da nação” (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 684). Impunha-se, assim, uma espécie de senso de continuidade que teria atravessado o Atlântico a bordo das embarcações que singraram os mares e submeteram o Novo Mundo. Dentre os objetivos da Medieval Academy of America, criada em 1925, conta-se ajudar os cidadãos do país norte-americano a “compreenderem nossos [seus] *ancestrais* medievais” (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 678, grifo meu).

A perspectiva de requisitar as “heranças medievais” que se concebe partilhadas, em algum nível, mais ou menos diretamente, nas mais distintas regiões do planeta é estratégia primeira recorrente, em graus e sob ângulos diversos, de legitimação das medievalísticas “periféricas”. O medievalista norte-americano John Matthews Manly sintetizou suas principais premissas, que orientariam o campo até a década de 1980, quando a introdução do paradigma pós-moderno iria alterar significativamente as posições de partida: “[...] nenhuma análise atual será capaz de promover uma caracterização plena da nossa civilização se não for suplementada por um estudo aprofundado das forças e das formas de vida, boas e más, que herdamos dela [da Idade Média]” (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 683).

Perspectivas semelhantes fundamentam a legitimação requerida para o campo dos estudos medievais no Chile, na Argentina, no Uruguai, no México, no Brasil, na Austrália e mesmo em Taiwan, guardados certos matizes e especificidades. Nesta última, o interesse acadêmico pelos estudos medievais é recente, datando apenas de 2007 a criação de uma Associação de Estudos Clássicos, Medievais e Renascentistas, culminando o período em que a cultura medieval ocidental passou a exercer considerável

atração sobre os intelectuais (WANG, 2008, p. 297). Neste caso, a cristalização acadêmica dos estudos medievais acompanharia o interesse “popular” manifesto pelos mitos, romances e histórias medievais: “o fascínio exercido pelo período remete ao princípio do século XX, quando foram traduzidas *A Divina Comédia*, de Dante, e as histórias do Rei Artur e dos cavaleiros da tábua redonda, que passaram a ser lidas pelos jovens das famílias de prestígio” (WANG, 2008, p. 295).

Quanto aos argumentos da validação acadêmica, neste caso, a valorização de um passado não só remoto, mas, *a priori*, europeu ocidental requisita a participação dos países de língua chinesa numa cultura medieval ocidental que se supõe seja partilhada por todos os seres humanos: “algumas heranças humanas, como os códigos e histórias medievais, ainda são consideradas luminas em diferentes partes do mundo” (WANG, 2008, p. 296). Para Louise D’Arcens (D’ARCENS, 2008, p. 320), na Austrália a ausência da Idade Média, longe de representar um obstáculo à sua sobrevivência transistórica, é a condição que garante a presença permanente desse período no imaginário cultural moderno.

Tais ausência e distância garantiram, desde os seus primórdios, ao medievalismo australiano uma significativa liberdade interpretativa, favorecendo um vigoroso e fértil engajamento num mundo que só pode, no seu sentido mais concreto, ser imaginário para os australianos. Tendo se constituído, inicialmente, como um legado do colonialismo britânico, esta origem reflete a extensão em que a nação manteve, não obstante sua distância física e declarada da modernidade, um senso de proximidade e de continuidade com a herança medieval europeia na cultura dos colonizadores. Porém, teria sido também decisivo o intuito de escamotear a sua origem como colônia penal britânica e, especialmente, seu passado aborígine, que foi tratado com enorme desprezo e violência (D’ARCENS, 2008, p. 340).

Considerando-se, comparativamente, o caso do medievalismo mexicano teríamos a expressão inversa em relação à Austrália, a do peso do passado autóctone que impediu, por um longo período, o desenvolvimento local dos estudos medievais. Segundo Martín F. Ríos Saloma, uma das consequências do “vigor indigenista” do discurso pós-revolucionário e nacionalista das décadas de 1920 e 1930 foi a rejeição da herança cultural ibérica dos conquistadores recebida pelo México, a par da valorização histórica do passado pré-colombiano. Sob tal perspectiva, a influência europeia ou, mais propriamente, hispânica, foi tomada como estrangeira, importada, estranha e nefasta à cultura mexicana.

Assim, segundo o autor, mesmo o famoso estudo de Luis Weckmann permaneceu exceção por um longo período. Fenômeno recente, a medievalística mexicana também teria sido precedida e apoiada, como no caso de Taiwan, por um

vigoroso e crescente apelo popular manifesto desde o início do século XXI. Desde então, a mudança do discurso oficial requisita o passado medieval hispânico como raiz importante da história mexicana, tendência que favorece o – ao mesmo em que se apoia no – investimento acadêmico, dinamizado, inclusive, pela frequência no país de acadêmicos estrangeiros, como Jérôme Baschet, que lecionou na Universidad Autónoma de Chiapas (SALOMA, 2010, p. 95).

Na Argentina, num recente confronto com o ministro da Ciência, Carlos Astarita (2017, p. 1) esclarece ao Sr. Lino Barañao que as mais essenciais determinações do mundo em que vivemos derivam da Idade Média:

Do feudalismo originaram-se o modo de produção capitalista, o regime político moderno, a sociedade civil, o sistema parlamentar, as condições do racionalismo, as comunas, as lutas sociais (entre as quais as lutas antifeudais), a forma de família que se encontra hoje em crise, a Igreja, a religiosidade moderna, a discriminação das minorias confessionais, o empréstimo e os bancos, as primeiras configurações nacionais e o colonialismo.

A vinculação, portanto, a uma mais geral projeção do medieval no mundo contemporâneo, ou o registro de manifestações estruturantes suas nas sociedades atuais, mesmo naquelas que não tiveram a colonização europeia como vetor de transmissão da “herança” em questão, são expedientes correntes da medievalística promovida nas periferias. No Brasil, desde os esforços iniciais para o estabelecimento da área foram requisitadas, em níveis diversos, as supostas “sobrevivências medievais” que, fosse qual fosse o nível e o grau de suas manifestações – essencialmente concebidas como expressas no “âmbito” das mentalidades e/ou da cultura –, serviram de argumento decisivo para a promoção de eventos, de grupos de trabalho e, em todos os casos, a requisição do apoio institucional e financeiro indispensáveis às atividades.

Impõe-se, a esta altura, me parece evidente, um outro nível de legitimação demandada, que envolve a questão dos sentidos e das razões, no presente em curso, do esforço da promoção do cultivo daquele passado. Para Nadia R. Altschul, “a Idade Média já não está mais situada no pedestal em que foi colocada no século XIX, e é impossível não reconhecer que o período há muito não predomina no contexto intelectual internacional e nem está no centro do diálogo acadêmico” (2008, p. 594) Ademais, a urgência de reafirmação do sentido do seu estudo não se impõe apenas às medievalísticas promovidas desde as periferias. Em fevereiro de 2007, Joseph Morsel, na condição de medievalista e professor da Universidade de Paris I, dedicou uma obra inteira ao questionamento dos estudantes universitários franceses acerca da serventia do estudo da História da Idade Média (francesa).

Se mesmo aqueles que tropeçam diariamente, a caminho das suas aulas de História em prédios universitários medievais, em ruelas medievais mal pavimentadas,

que habitam e estudam em moradias erigidas há séculos, topam com monumentos medievais nos seus trajetos e deslocamentos diários e amaldiçoam os grupos de turistas maravilhados que empenham elevadas somas para fotografar os sítios históricos do Velho Mundo – aqueles, enfim, que convivem intimamente com a herança material explícita daquelas fatias de duração – questionam a necessidade e o sentido do cultivo intelectual e acadêmico da História Medieval, o que esperar da exigência por sentido e significação daqueles tantos estudantes com os quais insistimos em que reconheçam, para valorizar no presente em curso, algumas aparentemente fugidias heranças imateriais que partilharíamos do mundo medieval? Nem mesmo aos europeus, “estabelecidos” que abordam a História Medieval como coisa sua, o sentido atual do cultivo intelectual e acadêmico daquela história não lhes parece, nem a eles próprios, imediatamente evidente. Por quê?

Creio que os profissionais que lecionam História, em qualquer nível em que seu magistério se exerça, estejam cada vez mais desafiados no exercício de sua atividade pelo crescente sentimento de desprezo histórico pelo passado, em especial os mais remotos, no quadro de sociedades capitalistas que, cada vez com maior intensidade, se reconhecem especialmente em projeções ao futuro. Ao futuro dedicamos, cada vez mais, o nosso maior sentimento de empatia! O “desmanche cotidiano no ar de toda e qualquer expressão de solidez histórica” parece nos livrar da sensação do peso do tempo sobre nossas costas, acelerando a história num presente que é vivido como mudança constante que só nos vincula ao futuro, só nos projeta à frente, ao vir a ser. A historicidade parece cada vez mais residir na ficção científica, e o tempo pretérito nos romances que celebram um mundo perdido ou que talvez nem tenha de fato existido, vivido por seres “meio-humanos-meio-bestiais” mais admissíveis como extraterrestres! Na Austrália, por exemplo, para Matthew Chrulew o medievalismo local seria menos uma herança do colonialismo britânico do que manifestação de uma nostalgia de um passado cavalheiresco idealizado. “Aqui o medievalismo recria a fantasia como um substitutivo da História!” (D’ARCENS, 2008, p. 325).

De qualquer forma, a necessária ressignificação do estudo do medievo envolve, tradicionalmente, como vimos, por vias diversas a proposição de que ali se encontram as raízes da constituição do presente tal como ele se apresenta. Trata-se, aqui, da perspectiva das “origens” que, ainda que correta, creio que seja insuficiente se não formos capazes de configurá-las – às raízes – como fonte sistemática de alimentação do presente pela captação dos elementos essenciais à constituição da sua seiva vital, que o segue alimentando e animando. O passado não é como um deus demiurgo distante que, tão logo estabeleceu seu devir, ausentou-se da criação para morrer em paz.

Uma outra via do mesmo esforço de legitimação, que opera com base em perspectiva semelhante, porém contrastante, investe não no sentimento de identidade profunda com o passado em questão, mas na sua propalada radical alteridade em relação ao presente. Tal tendência parece associada, onde promovida, à manifestação do paradigma pós-moderno no campo dos estudos medievais, como nos EUA, por exemplo, segundo Freedman e Spiegel (FREEDMAN; SPIEGEL, 1998, p. 678). Neste caso, a Idade Média seria valorizada no presente nas mais extremas manifestações do seu suposto irracionalismo, extremando-se o grotesco e a abissal diferenciação de um passado que se revela ao presente pela sua absoluta estranheza, a de uma fatia de duração essencialmente estrangeira, ponto de contraste perdido no tempo.

Creio que, em ambos os casos, o que precisa ser considerada é uma “redefinição da noção de presente”. Talvez o exemplo da Antropologia clássica nos auxilie. A disciplina considera o curso de diferentes níveis de temporalidade na sua prática de campo, a do acadêmico observador – que se insere no presente – e a das comunidades estudadas – tomadas como manifestações vivas de uma temporalidade pretérita. Segundo Dipesh Chakrabarty, este “deslocamento” situa-se também no cerne da disciplina histórica tal como ela foi constituída ainda no século XIX pelo historicismo. Neste sentido, qualquer testemunho histórico “só é ‘reconhecível’ graças à nossa capacidade de perceber nele uma manifestação que nos é contemporânea – produzidas por humanos e expressas em práticas, instituições, inscritas em pedras e outros registros – em sua condição de “reliquia” proveniente de outras épocas e lugares” (CHAKRABARTY, 2000, p. 12).

117

Ainda que os historiadores possam tomar o objeto da História como “morto” até que seja trazido de volta à vida pela promoção de sua história, Chakrabarty propõe que os seres humanos de qualquer época e lugar são sempre, em algum nível, contemporâneos, condição indispensável à sua (nossa) inteligibilidade. Da empatia primordial necessária à prática do ofício decorre a perspectiva de que a produção da História deve assumir, implicitamente, a existência conjunta, coetânea, de uma pluralidade de tempos, talvez em uma espécie de desconexão do presente consigo mesmo (CHAKRABARTY, 2000, p. 109).

O presente não é homogêneo em sua condição temporal desarticulada: qualquer “presente” em que no situemos abrigará uma série de “passados” vivos co(n)temporâneos “em si”. “Esta co(ou hetero)temporalidade do presente pode ser expressa de outra forma como a não-contemporaneidade do presente consigo mesmo, mas de uma forma que contrasta com a noção anteriormente referida de “alteridade” – em especial na sua versão mais radical –, já que essa toma o passado como definitivamente realizado, e como tal alheio ou separado do tempo do analista. Todo presente é uma multiplicidade de tempos simultâneos! (CHAKRABARTY, 2000, p. 243).

A perspectiva que acabo de enunciar, de “vigência” do passado no presente, me parece não só equilibrada como consequente com outras dimensões necessárias à História que promovemos. Em primeiro lugar, ela dimensiona a perspectiva, cara a Benedetto Croce (1938) e reafirmada pelos fundadores do *Annales* (2002 [1949]), de que só há História contemporânea, de que toda História é promovida num presente e em benefício de sua própria compreensão, ao mesmo tempo em que a disciplina constitui o único antídoto necessário ao risco do “presentismo”. Só o dimensionamento temporal do presente, razão de ser da História disciplina, nos dá o sentido de nossa identidade essencial – a natureza humana é a História! – as vias do seu agenciamento e a percepção de que a transformação é a expressão mais efetiva de nossa forma de estar no mundo.

Em segundo lugar, ela reafirma a perspectiva de que o exame da historicidade do presente fomenta não só a promoção do que Walter Benjamin designou por “escovar a História a contrapelo” (LÖWY, 2005), ou seja, a partir de um presente que fustiga o passado desrespeitando a sua “economia política” de legitimação, e vice-versa. Tenha o historiador em vista, inclusive, como propõe João Bernardo, que o presente, em História, é “uma ilusão do observador”, na medida em que sua essência decorre das porções do passado que ele arrasta e as do futuro que nele despontam. “O historiador não é tributário de uma visão do passado, mas de um desejo do futuro” (BERNARDO, 2007, p. 4).

118

Finalizando, enfim, este ensaio, retomo a interrogação com a qual lhe dei início. Haverá estabelecidos e *outsiders* na medievalística contemporânea? Estabelecidos serão apenas os europeus, e *outsiders* seremos todos aqueles que abordamos a História Medieval como objeto que não nos pertence? Ou já seremos capazes de fazer História Medieval como fazem os europeus? Deve ser esse o nosso horizonte de expectativas? No que diz respeito às exigências de máximo rigor no exercício do ofício, não tenho a menor dúvida. Mas, que parâmetros devemos assumir? Que Idade Média nos diz respeito? De certo não a francófila, que assumimos pelo peso daquela tradição historiográfica na academia brasileira, ainda mais vigorosa na medievalística pelas particularidades da constituição do campo. Devemos deslocar no eixo geopolítico de abordagem para Portugal? Não creio que a esta altura seja ainda defensável o argumento nacionalista do passado partilhado como elemento de orientação de nossa prática.

De minha parte, creio que nossa “distância” e nossa condição, enfim, de “outsiders” talvez nos permita adotar postura pautada antes do mais no desrespeito a nacionalismos tão cultivados quanto extemporâneos ao medievo, superando fronteiras fictícias para promover uma História Medieval que, em bases comparativas, constitua-

se de forma ainda mais global. Há que ser essa a nossa escala de referência, demanda complexa e difícil que se tornaria mais viável, rica e interessante se fôssemos capazes de dar ensejo a pesquisas que se realizassem em parceria – envolvendo mais participantes (Latinos? Uma medievalística latino-americana? Europeus? Africanos? Asiáticos?) – e ampliássemos, então, o nosso escopo de observação.

Por fim, penso que a História assim promovida precisa transcender o âmbito acadêmico para se envolver com a práxis que, no Brasil e em muitos dos contextos aqui referidos, já é promovida pelos movimentos sociais, em especial os movimentos camponeses. É urgente, portanto, que redimensionemos a caracterização global do milênio pré-capitalista, assim como de outros recortes de duração, superando, com base na melhor tradição da crítica ativa do marxismo, as visões idealistas que põem em questão, mais do que a compreensão do passado, o entendimento da historicidade que constitui nosso presente. Neste sentido, impõe-se enquadrar no centro daquelas formações sociais essencialmente agrárias a diversidade de relações, de práticas sociais e de experiências do camponado em sua luta cotidiana pela existência, pela reprodução social e material e em suas formas de resistência à dominação imposta por aristocracias várias (SCOTT, 1985). Revelar-se-ão, assim, as expressões de um sujeito histórico camponês que, inscrito na longa duração, desvele seu protagonismo, fundamente sua ação no presente e apoie os seus (os nossos!) anseios de futuro!

Referências

- ALTSCHUL, N. R. Postcolonialism and the Study of the Middle Ages. **History Compass**, v. 6, n. 2, p. 580-597, 2008.
- ASFORA, W.; AUBERT, E. H.; CASTANHO, G. de C. G. L'Histoire médiévale au Brésil. Structure d'un champ disciplinaire. In: MAGNANI, E. (Ed.). **Le Moyen Âge vu d'ailleurs**: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: EUD, 2010, p. 55-113.
- ASTARITA, C. **El ministro Barañao y la historia medieval**. Texto divulgado pelo autor, 2017, p. 1-4.
- BERNARDO, J. Propostas para uma Metodologia da História. **História Revista**, v. 11, n. 2, p. 1-7, 2007.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CHAKRABARTY, D. **Provincializing Europe**: Postcolonial Thought and Historical Difference. Princeton: Princeton University Press, 2000.

- COELHO, M. F. Breves reflexões acerca da História medieval no Brasil. In: SILVA, A. C.; SILVA, L. R. da (Org.). **Atas da VI Semana de Estudos medievais**. Rio de Janeiro: PEM, 2006, p. 29-33.
- CROCE, B. **La storia come pensiero e come azione**. Bari: Laterza, 1938.
- D'ARCENS, L. "The Past is a Foreign Country": The Australian Middle Ages. **Revista de poética medieval**, v. 21, p. 319-356, 2008.
- DAVIS, K.; ALTSCHUL, N. R. (Ed.). **Medievalisms in the Postcolonial World**. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009.
- DEMADE, J. L'histoire (médiévale) peut-elle exciper d'une utilité intellectuelle qui lui soit spécifique? In: MÉHU, D. et al. **Pourquoi étudier le Moyen Âge?** Les médiévistes face aux usages sociaux du passé. Actes du colloque tenu à l'université de São Paulo du 7 au 9 mai 2008, Paris: Publications de la Sorbonne, 2012, p. 7-39.
- DEYERMOND, A. (Ed.). **A century of British medieval studies**. Londres: British Academy, 2007.
- DONAT, L. R.; BADÍA, P. C. Les Études Médiévales au Chili. Bilan et Tendances Actuelles. In: MAGNANI, E. (Ed.). **Le Moyen Âge vu d'ailleurs**: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: EUD, 2010, p. 119-128.
- FRANCO JUNIOR; H.; RUST, L. D.; BASTOS, M. J. da M. Historiographie et médiévistique brésilienne: une approche d'ensemble. In: MAGNANI, E. (Ed.). **Le Moyen Âge vu d'ailleurs**: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: EUD, 2010, p. 39-52.
- FREEDMAN, P.; SPIEGEL, G. Medievalisms Old and New: The Rediscovery of Alterity in North American Medieval Studies. **American Historical Review**, v. 103, p. 677-704, 1998.
- FREITAS, J. A. G. de. La Médiévistique au Portugal (1970-2005): genèses, héritages et innovations, In: MAGNANI, E. (Ed.). **Le Moyen Âge vu d'ailleurs**: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: EUD, 2010, p. 151-174.
- GOBIERNO DE NAVARRA, Departamento de Educación y Cultura. La historia medieval en España: um balance historiográfico (1968-1998). In: **XXV Semana de Estudios Medievales**. Estella, 14 a 18 de julio de 1998. Estella: Gobierno de Navarra-Departamento de Educación y Cultura, 1999.
- GUERREAU, A. **L'avenir d'un passé incertain**: quelle histoire du Moyen-âge au XXIe siècle? Paris: Seuil, 2001.
- HAMESSE, J. (Ed.). **Bilan et perspectives des études médiévales en Europe (1993-1998)**. Turnhout: Brepols, 2004.
- LAMEIDA, A. C.; AMARAL, C. de O. O Ocidente Medieval segundo a historiografia brasileira, **Medievalista online**, v. 4, n. 4, p. 1-41, 2008.

- LÖWY, M. **Walter Benjamin**: Aviso de Incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.
- MACEDO, J. R. Os estudos medievais no Brasil: tentativa de síntese. **Reti Medievali – Rivista**, v. VII, n. 1, p. 1-10, 2006.
- MAGNANI, E. (Ed.). **Le Moyen Âge vu d'ailleurs**: voix croisées d'Amérique latine et d'Europe. Dijon: EUD, 2010.
- MORSEL, J. Le Moyen Âge vu d'ailleurs. **Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre/BUCEMA**, v. 7, n. 3, p. 1-5, 2003.
- MORSEL, J.; DUCOURTIEUX, Ch. **L'Histoire (du Moyen Âge) est un sport de combat...** Réflexions sur les finalités de l'Histoire du Moyen Âge destinées à une société dans laquelle même les étudiants d'Histoire s'interrogent. Paris: LAMOP, 2007.
- NOGUEIRA, C. R. F. Velhos temas, novos objetos: os estudos medievais no Brasil de hoje. In: COGGIOLA, O. (Dir.). **Caminhos da História**. São Paulo: Xamã, 2006, p. 29-37.
- PEDRERO-SÁNCHEZ, M. G. Los estudios medievales en Brasil. **Medievalismo**, v. 4, n. 4, p. 223-228, 1994.
- RUST, L. D.; BASTOS, M. J. da M. "Translatio studii". A história medieval no Brasil. **Signum**, v. 10, p. 163-188, 2008.
- SALOMA, M. F. R. The State of the Discipline of Medieval History in Mexico. **Imago Temporis. Medium Aevum**, n. 4, p. 93-116, 2010.
- SCOTT, J. C. **Weapons of the weak**: everyday forms of resistance. New Haven; London: Yale University Press, 1985.
- SILVA, M. C. da. **Les études médiévales au Brésil**. Disponível em: <ciham.ish-lyon.cnrs.fr/Brazil.html>. [s.d., final dez. 2000].
- VIEIRA, Y. F. Os Estudos Medievais no Brasil: peso (ou leveza) de uma tradição. In: PONTES, R.; MARTINS, E. D. (Org.). **Anais do Residualidade**. Fortaleza; Rio de Janeiro: UFC; ABREM, p. 75-85, 2009.
- WANG, I-C. Medievalism in Taiwan: Constructing Western Medieval Heritage as Cultural Memory. **Revista de poética medieval**, v. 21, p. 295-317, 2008.
- WARREN, M. R. **Creole Medievalism**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2011.